

# **Política de Privacidade**

## **1. Introdução**

O dado pessoal é um bem como qualquer outro, e por isso, deve ser protegido e ter a mesma atenção formal relacionados aos ativos de informação. Portanto, este documento tem por objetivo orientar e estabelecer diretrizes corporativas na COLORTECH TINTAS, para proteção dos dados pessoais nas atividades de negócios. A privacidade de dados é um esforço contínuo, onde devemos observar os princípios estabelecidos e conformidade com as leis e políticas.

## **2. Objetivos**

Esta política de privacidade dos dados pessoais se aplica aos princípios e requisitos básicos da Lei Geral de Proteção de Dados 13.709/2018. Deve ser observada em qualquer atividade de tratamento de dados pessoais ao longo do ciclo de vida dos dados.

Com estes objetivos específicos, é possível garantir:

- Conformidade com as leis;
- Direito aos titulares de dados;
- Valor agregado aos produtos e sistemas produzidos e mantidos pela organização;
- Oportunidade de negócio.

## **3. Escopo**

Esta política se aplica a todos os dados pessoais coletados, extraídos, produzidos, alterados, retidos, armazenados, usados, processados e eliminados/excluídos nas atividades de negócios da COLORTECH TINTAS. Os dados pessoais podem ser coletados, usados, armazenados, processados e transmitidos em papel, físico, em formato eletrônico ou utilizados verbalmente para comunicação interna.

## **8. Responsabilidades**

Este documento deve ser revisto pelo proprietário da documentação sempre que houver alterações estruturais relevantes no tratamento de dados pessoais ou pelo menos uma vez ao ano.

O encarregado de dados reportará aos titulares de dados e autoridade nacional de proteção de dados quaisquer incidentes ou danos relevantes aos titulares de dados em prazo mínimo desde o conhecimento de infirmdade no tratamento de dados.

O encarregado de dados será responsável por responder as requisições dos titulares de dados pessoais em até 15 dias a qualquer informação solicitada no canal estabelecido, relacionado ao tratamento de dados pessoais, com exceção de informações relacionadas a segredos comerciais e tecnológicos.

Fica estabelecido o plano de treinamento em segurança da informação e privacidade a todos os colaboradores conforme estabelecido em documentação própria. O plano de treinamento deve ser estabelecido e executado conforme instituído em documentação.

#### **4. Princípios básicos de tratamento de dados pessoais**

A COLORTECH TINTAS, através dos seus colaboradores devem observarem ao tratarem os dados pessoais os seguintes princípios:

##### **4.1 Finalidade**

Realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades.

##### **4.2 Adequação**

Realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades.

##### **4.3 Necessidade**

Limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados.

##### **4.4 Livre Acesso**

Garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integridade de seus dados pessoais.

##### **4.5 Qualidade dos Dados**

Garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento.

##### **4.6 Transparência**

Garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial.

##### **4.7 Segurança**

Utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão.

##### **4.8 Prevenção**

Adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais nas atividades desenvolvidas.

##### **4.9 Não discriminação**

Impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos em toda e qualquer atividade no tratamento de dados pessoais.

##### **4.10 Responsabilização e Prestação de Contas**

Demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.

## **5. Conformidade com privacidade relacionado ao tratamento de dados pessoais**

### **5.1 Notificação ao Titular de Dados Pessoais e Autoridade Nacional de Proteção de Dados**

A organização notificará aos titulares de dados pessoais sempre que houver incidentes, acarretar riscos ou danos relevantes, levando em conta a sensibilidade, volume e grupos de pessoas afetados. Também deverá informar a autoridade nacional de proteção de dados pessoais sobre os fatos ocorridos levando em consideração as determinações da autoridade art. 48 da lei 13.709/2018.

### **5.2 Termo de Consentimento do Titular de Dados Pessoais**

O tratamento de dados pessoais com base legal no consentimento, permite ao titular de dados a revogação dos direitos de tratamento a qualquer momento conforme o artigo 8º, § 5º da lei 13.709/2018. O termo de consentimento deve ser aplicado quando não se encontrar em outras bases legais o tratamento de dados. Todas as informações relacionadas ao tratamento de dados devem ser dadas aos titulares, conforme o artigo 9º.

### **5.3 Coleção de Dados Pessoais**

A coleção de dados pessoais só podem ser mantidas pelo tempo máximo no qual se encontre finalidade no armazenamento para o tratamento dos dados pessoais, passados os limites legais as informações devem ser excluídas.

### **5.4 Uso, Retenção e Eliminação**

O uso dos dados pessoais deve acontecer ao mínimo possível, bem como foi informado ao titular de dados, levando em consideração o princípio da adequação e necessidade. A retenção dos dados deve acontecer por menor tempo possível observando o princípio da segurança e baseado nos contratos ou bases legais vigentes na lei 13.709/2018 e demais legislações.

### **5.5 Divulgação para Terceiros**

Terceiros, são pessoas ou organizações no qual não existe qualquer relação previamente estabelecido para tratamento dos dados, diferente de operadores. A divulgação de informações para terceiros, não poderá em nenhuma hipótese revelar dados pessoais dos titulares.

### **5.6 Transferência de Dados Pessoais**

Deve-se observar que o destino dos dados pessoais a serem transferidos devem ter legislação igual ou superior a brasileira quando os dados forem enviados para fora do país. Quando a transferências de dados pessoais for necessária deve existir previsão legal ou a transferência for respaldada em contratos, convênios ou instrumentos congêneres. Toda transferência de dados pessoais deve ser registrada pelo encarregado de dados pessoais.

### 5.7 Direitos de Livre Acesso aos Dados Pessoais

Como controladora de dados pessoais, a organização através do canal de comunicação estabelecido, garante aos titulares, a consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais conforme o artigo 9º da lei 13.709/2018. O canal estabelecido consta no site da organização e por ele deve ser realizado petições relacionadas aos dados.

### 5.8 Portabilidade de Dados Pessoais

A portabilidade dos dados pessoais ainda não foi regulada pela ANPD, pois estes procedimentos precisam ser definidos em padrões a fim de estabelecer condutas técnicas apropriadas.

## 6. Diretrizes para tratamento de Dados pessoais

Com a base legal definida para o tratamento de dados pessoais, os itens seguintes devem ser considerados na relação entre a organização o titular de dados.

### 6.1 Aviso ao Titular de Dados Pessoais

O titular de dados pessoais deve ser informado como seus dados serão tratados, usados, armazenados, compartilhados, retidos e excluídos/eliminados em toda relação que existir entre a COLORTECH TINTAS e os titulares de dados pessoais, independente da base legal aplicável, com a exceção da base legal por consentimento.

### 6.2 Obtendo o Termo de Consentimento

Quando a aplicação da base legal for por consentimento, o termo de consentimento por escrito, devem constar em cláusulas destacadas das demais. O termo de consentimento deve estar disposto ao solicitado antes de qualquer tratamento dos dados e não pode conter vícios de consentimentos, com finalidade determinada e sem autorizações genéricas.

## 7. Resposta a Incidentes de Violação de Dados Pessoais

A notificação imediata de inconformidade no tratamento de dados pessoais é de vital importância para tomadas de ações que venha a mitigar, reduzir, eliminar o impacto ou dano causado pela inconformidade na coleta, retenção, armazenamento, tratamento e exclusão/destruição. Quando houver o tratamento de dados pessoais indevido, qualquer colaborador deve informar o encarregado de dados pessoais conforme as informações abaixo.

Telefone: (48) 2101-4358

E-mail: dpo@farben.com.br

Abertura de chamados: osf.farben.com.br

## 8. Gestão e Validade de Documento

Este documento é válido a partir de: 26/03/2021.

Proprietário do documento: Reginaldo José da Rosa. Esta documentação deve ser revisada uma vez ao ano ou sempre que alterações relevantes forem identificadas e pertinentes.